



DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES
COMISSÃO PARA A ÉTICA, A CIDADANIA E A COMUNICAÇÃO

CPECC

N.º ÚNICO 445219

ENTRADA / SAÍDA Nº 492 DATA 12/10/2012

*Reverendo ao
Gov. de Tróia "Adriano"
para compulsa os verbos
13/11/2012*

Exmo. Senhor
Deputado Mendes Bota
Ilte. Presidente da Comissão para a Ética, a Cidadania e a Comunicação

MENSAGEM URGENTE

ASSUNTO: Redução da dotação estatal para o serviço público prestado pela Agência Lusa

Senhor Deputado

A Direcção do Sindicato dos Jornalistas tomou conhecimento de que o ministro Adjunto e dos Assuntos Parlamentares, na sequência da denúncia do Contrato de Prestação de Serviço Noticioso e Informativo de Interesse Público celebrado entre o Estado e a Agência Lusa e no âmbito da elaboração do Orçamento do Estado para 2013, comunicou à Administração da Empresa a intenção de proceder a uma redução muito significativa – já antecipada como não inferior a 30% - da contrapartida do Estado por efeito do mesmo contrato.

A própria Administração da Empresa já reconheceu, em reunião com o Sindicato dos Jornalistas, que com os cortes nas verbas do contrato programa com o Estado que o Governo tenciona fazer será impossível manter a actual rede da agência, em território nacional e no estrangeiro, e manter a estrutura que a Lusa tem hoje.

A concretizar-se, uma eventual redução da dotação estatal da Lusa, seja em que proporção for, representaria um constrangimento muito grave à normal actividade da agência, com elevado risco de redução da sua capacidade operacional, tanto em Portugal como no estrangeiro, sendo previsível uma significativa degradação, tanto em quantidade como em qualidade, do seu serviço.

É convicção do Sindicato dos Jornalistas que tal degradação do serviço da Lusa acarretaria graves consequências ao nível do desempenho de inúmeros órgãos de informação, especialmente os de pequena e média dimensão, mas não deixando imunes os maiores, mormente pela inevitável diminuição da capacidade de cobertura de assuntos e em locais que praticamente só a agência está em condições de assegurar de forma sistemática e garantida.

Por outro lado, atento o papel insubstituível da agência noticiosa portuguesa na difusão internacional das posições de Portugal, na divulgação língua e da cultura portuguesa em todo o Mundo, em particular junto da diáspora e dos países de língua portuguesa, bem como a importância para a coesão nacional da presença de correspondentes nos países com grandes comunidades de emigrantes e do fornecimento de serviço a inúmeros órgãos de informação portugueses nessas comunidades, não restam dúvidas de que as medidas previstas afectariam seriamente o valor estratégico da Lusa.

Por conseguinte, a necessidade de assegurar a manutenção de uma agência de notícias dotada de meios e de capacidade operacional adequada à sua missão, especialmente no actual



contexto de dificuldades de muitas empresas jornalísticas, é um problema que reclama a maior atenção do poder político e, especialmente por parte da Assembleia da República, já que, em última análise, estará em causa o direito dos cidadãos de acesso a uma informação ampla, plural e diversificada sobre a realidade do mundo, do país e das regiões e localidades onde vivem.

Nesta conformidade, vimos apelar a V. Ex.^a para que, no quadro das atribuições e competências da Comissão a que preside, sejam tomadas todas as iniciativas tendentes a impedir qualquer redução na dotação estatal destinada à Agência Lusa, na medida em que esta poria fatalmente em causa a capacidade operacional da agência e até a sua sobrevivência e, em consequência, também a sobrevivência de inúmeros órgãos de informação. Nesse contexto, solicitamos uma reunião com a maior brevidade possível,

Na certeza da maior atenção, com os melhores cumprimentos,

Lisboa, 12 de Outubro de 2012

Pela Direcção

Alfredo Maia
Presidente